

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ Raízes patrimoniais imateriais africanas: A filosofia de Magobe Ramose e a contribuição multifacetada de uma sabedoria milenar

 Manoel Barbosa Neres *

Recebido em: 14 jul. 2020
Aprovado em: 24 ago. 2020

Resumo: O presente artigo consiste em uma análise da Filosofia de Magobe Ramose, traduzida também por Filosofia Africana ou *Ubuntu*, bem como de sua possibilidade de aplicação como chave de interpretação do contexto sócio-político brasileiro contemporâneo, duramente influenciado pelos rigores da pandemia do coronavírus, assim também como seu potencial de uso teórico e metodológico na educação, cultura e política. A investigação baseia-se, principalmente, em pesquisa bibliográfica, concentrando-se nas obras de Ramose (1999, 2002). Fundamenta-se também nas teorias de alguns autores africanos do ramo e de outros demais vinculados ao estudo do *ubuntu*. Além das fontes de cunho acadêmico, a pesquisa faz uso de matérias jornalísticas, basicamente no que diz respeito ao clima de intolerância açodado pelo contexto de pandemia. Baseando-se, portanto, nos fundamentos teóricos de Ramose (1999, 2002), a reflexão aprecia as conexões existentes nas dimensões individuais e coletivas, de convergências ou divergências existenciais, e a incidência disso no processo de harmonização/desarmonização da sociedade e do universo. Embora seja uma abordagem atemporal, por concepção, intenta-se promover importante diálogo com a contemporaneidade sócio-política, educacional e cultural.

Palavras-chave: Filosofia Africana. *Ubuntu*. Ramose.

* Manoel Barbosa Neres é graduado em Filosofia - Seminário Nossa Senhora de Fátima (1993); em Teologia - Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora de Fátima (1996); em Tecnologia em administração pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2007); pós-graduado em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela UFMG; mestre em Ética teológica pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (2000) e em educação pela Universidade Católica de Brasília (2015). Servidor da Universidade de Brasília (UnB) e professor da Universidade Católica de Brasília. Contato: maneneres@unb.br.

Introdução

A presente reflexão consiste em um trabalho de análise e resgate da Filosofia de Magobe Ramose, sua contribuição na educação, cultura, política, bem como chave de leitura à sociedade brasileira, agora influenciada amplamente pela pandemia do coronavírus.

Objetivamente, a Filosofia de Ramose (1999, 2002), segundo o próprio autor, consiste essencialmente no que pode ser definido por Filosofia Africana, a qual, por sua vez, denomina-se por Filosofia *Ubuntu*. Refere-se a importante elemento do pensamento africano, tratado com certo descaso pela cultura ocidental, mas que, de certa forma, sobreviveu aos contratempos da história por meio dos (as) africanos (as) arrastados (as) ao Brasil colonial, e acabou por se constituir importante fundamento do patrimônio cultural imaterial brasileiro.

O trabalho aqui, portanto, consiste em discutir a existência e consistência dessa filosofia, a negligência das nações europeias em relação a ela, sua relação com a contemporaneidade, marcada por intolerância em diversos segmentos e dominada em todas suas relações pela pandemia, e, neste interim, analisar sua possibilidade de aplicação em campos como educação, cultura e outros mais.

Assim sendo, esta análise tem por objetivo discutir a Filosofia ramosiana, na qualidade de Filosofia Africana ou *Ubuntu*, em seu contexto de relevância frente à cultura ocidental, bem como sua atualidade e aplicação na análise da sociedade brasileira, educação, cultura e política.

A investigação se constitui basicamente de pesquisa bibliográfica nas obras de estudiosos (as) da cultura africana, Ramose (1999, 2002), em particular, que se concentram principalmente no âmbito da Filosofia *Ubuntu*. Todavia, há também outro conjunto de intelectuais, sobretudo de sociólogos, cujas obras dialogam bem com a escola filosófica que estamos a nos referir.

Entretanto, além de material teórico advindo do campo científico, por limitação de fontes imposta, talvez, pela urgência do tempo pandêmico, a pesquisa lança mão de publicações jornalísticas, na qualidade de fontes complementares.

Oportuno registrar, aqui, um fenômeno curioso. Atualmente, ao se fazer busca na internet, bem como nos bancos de dados das principais bibliotecas do país sobre a palavra "intolerância", a maioria dos resultados obtidos fazem referência à intolerância religiosa. Em menor quantidade se encontram informações sobre intolerância política, racial e homofobia. Sendo que a intolerância religiosa está quase sempre vinculada à questão racial, uma vez que são as religiões de matriz africana os principais alvos de agressões verbais e físicas, equivale também afirmar que esse fenômeno maléfico, transita por múltiplos setores da sociedade.

Embora o escopo desta pesquisa não tenha por abrangência a análise da Filosofia *Ubuntu* relacionada a algum tipo exclusivo de intolerância, esse comportamento das ferramentas gerais de busca da internet, por si mesmo, dá um indicativo de como se encontra esse estado de embate social, de tom beligerante, verbal, comportamental e até físico.

A Filosofia de Ramose e a contribuição de uma sabedoria africana milenar

Dados esses elementos iniciais, cientes, ao menos, preliminarmente, do quadro crítico no qual se encontra a sociedade brasileira pós-eleição de 2014 e 2018, tendo suas relações ainda mais desgastadas pelo contexto pandêmico em que se encontra, poder-se-ia encontrar na ampla extensão do patrimônio cultural formador da sociedade brasileira, alguma estrutura capaz de trazer luzes orientadoras a esse impiedoso obscurantismo?

Proponho, aqui, a discussão empreendida pelo filósofo africano Magobe Ramose, fundamentalmente no tocante à Filosofia *Ubuntu*, a qual, embora tenha sua origem em tempos remotos, é recente e de pouca abrangência em matéria de estudo, discussão, pesquisa. Portanto, propor essa temática por objeto de reflexão significa aderir a um apelo dos segmentos acadêmicos, sociais e militantes (destacando-se os segmentos negros), os quais demandam a necessidade de "desocultação" do historicamente escondido intencionalmente ou o não devidamente valorizado, no campo do pensamento, das relações, da organização político-social, da manifestação cultural.

A riqueza africana no mundo ocidental, notadamente nos países colonizados, em geral, foi tratada como algo em segundo plano. Em matéria de Filosofia, o desprestígio foi muito maior. De forma que falar em Filosofia Africana soa sempre como algo inusitado ou até exótico.

Todavia, a base do pensamento *ubuntu*, a qual Ramose (1999) define propriamente como Filosofia Africana, consiste em resposta a um amplo conjunto de indagações contemporâneas que o mundo ocidental ainda não foi capaz de encontrar soluções. Seu olhar agrega novos elementos à compreensão do ser, suas dimensões internas e externas, relações e atuação.

Ramose (1999) inicia sua obra, *African philosophy through ubuntu* relatando como as nações ocidentais ocultam os valores africanos ou, no máximo, os tratam como realidades menores, deixando-se a entender que esses valores pertencentes a essas nações "marginais" (expressão nossa), não têm o mesmo peso na geopolítica mundial que aqueles advindos das nações homogêneas (europeias e Estados Unidos da América □ USA).

Como forma de ilustração dessa tendência homogeneizadora de algumas nações europeias e USA, Ramose (1999) cita o caso da legítima defesa, concepção na qual uma não tem pleno direito de se defender, inclusive, fazendo uso das armas, portanto, da violência física, para proteger seu legítimo território, seu povo, bem como bens econômicos e culturais. Por conseguinte, de maneira explícita, afirma que nações como Rússia e Estados Unidos da América tratam o direito à legítima defesa como se fosse algo exclusivo delas, negando-se assim o mesmo direito às demais, principalmente as menos desenvolvidas. Assim, quando essas nações dominantes querem defender seus interesses, fazendo uso dos recursos bélicos, justificam isso como ações de legítima defesa. Entretanto, quando as nações de menor influência tentam recorrer a semelhantes recursos, suas pretensões não são levadas em conta.

Conduzindo, portanto, essa interpretação desigual à dimensão do ser, uma vez que o pleno direito humano de legítima defesa, ao se referir exclusivamente a umas nações em detrimento de outras (em pauta as nações africanas), essas, em seu

conjunto, poderiam ser compreendidas como humanas e não humanas; ou, ainda, umas mais e outras menos humanas.

Consequentemente, a postura histórica ocidental de tentar invisibilizar a África define também a forma em que trata o pensamento filosófico africano. Isso significa dizer que os africanos não são humanos, seus valores inexistentes nada acrescentam à humanidade e, portanto, nada se tem a dizer sobre sua filosofia.

Sem estender muito à verificação das manifestações depreciativas daquilo que provém da África, por limitação de foco deste escrito, citamos um texto de Kant (1980):

Os negros da África, por natureza, não têm nenhum sentimento que se eleve acima do pueril. O senhor Hume desafia quem quer que seja a citar um único exemplo de um negro demonstrando talento e afirma que dentre as centenas de milhares de negros que são transportados de seus países para outros, mesmo dentre um grande número deles que foram libertados, ele nunca encontrou um só que, seja em arte, seja nas ciências, ou em qualquer outra louvável qualidade, tenha tido um papel importante, enquanto que dentre os brancos, constantemente ele constata que, mesmo se nascidos das camadas mais baixas do povo, estes sempre se elevam socialmente, graças a seus dons superiores, merecendo a consideração de todos. Tanta é a diferença essencial entre estas duas raças; ela parece também tão grande no que concerne às capacidades quanto segundo a cor. A religião fetichista, largamente difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria que se enraíza tanto na puerilidade quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, um chifre de uma vaca, um búzio, ou qualquer outra coisa ordinária, desde o instante em que esta coisa seja consagrada por certas palavras, é um objeto de veneração e invocada em juramentos. Os negros são muito vaidosos, mas à maneira negra, e tão tagarelas que é preciso dispersá-los a golpes de porrete (KANT, 1980, p. 505).

Esse texto explicita de forma inequívoca a carga preconceituosa de uma das mais exaltadas personalidades da cultura europeia, Immanuel Kant, filósofo, o qual, por sua vez, expressa plena concordância com o pensamento de outra coluna ocidental, o também filósofo David Hume.

Apesar do posicionamento contrário de pensadores ocidentais, tais como, Kant e Hume, há, sim, muitas grandezas na África e uma delas é a Filosofia, tal qual defende Ramose (1999). Segundo esse autor, no capítulo terceiro de seu referido livro, a Filosofia Africana se fundamenta no princípio *ubuntu*, que por sua vez, consiste em um elemento conector de todo o continente africano, “do deserto de Núbia ao Cabo da Boa Esperança e do Senegal a Zanzibar”.

A análise de Ramose (1999) passa inicialmente por uma discussão gramatical na qual critica o formatado fragmentado da linguagem ocidental, constituída basicamente de sujeito-verbo-objeto (compreendidos como elementos distintos). Tal estrutura, além de contribuir ao isolamento dos termos, classifica a realidade como algo estático e definido.

Já do ponto de vista do *ubuntu*, a linguagem se manifesta em outra dimensão. Esse termo (originário da cultura *bantu*) é composto por duas partes que se complementam: O prefixo *ubu-* e o sufixo *-ntu*. O primeiro refere-se ao ser em geral, antes de se manifestar no modo concreto de uma determinada entidade. Está orientado sempre à manifestação de formas e modos particulares do ser.

-Ntu, por sua vez, consiste em um ponto da linha da existência em que o uma entidade assume uma forma concreta ou um modo de ser de contínuo desdobramento. Por conseguinte, *ubu-* vê-se sempre orientado a *-ntu* sem divisão ou separação estrita e literal. Portanto, trata-se de dois aspectos de um ser único e indivisível.

Semelhante a *ubuntu*, embora de nuance um pouco mais específica, existe também a palavra *umu*, a qual se juntando a *-ntu*, gera *umuntu*, e significa *homo-loquens*, em sentido muito próximo a *homo-sapiens*. Na linguagem comum (senso comum), *umuntu* refere-se ao ser detentor de conhecimento, vinculado a políticas públicas, religião e direito.

O significado de *umuntu* distoa um pouco de *ubuntu*, quando este se vincula mais no que vem do generalizado para o concreto. *Umuntu* é melhor expressado como uma entidade que investiga continuamente o ser, a experiência, o conhecimento e a verdade. Isto para Ramose (1999) significa atividade e não ato, um processo de livre fluxo, impossível de ser interrompido, a não ser com a interrupção total do movimento em questão.

Retornando ao termo *ubuntu* e também não perdendo de vista a acentuação de *umuntu*, convém afirmar que considerando a característica indivisibilidade de *ubu-ntu*, ao invés da estrutura sujeito-verbo-objeto, gramaticalmente temos um substantivo verbal, melhor dizendo, um gerúndio.

Tal compreensão sinaliza para algo em desdobramento e não uma entidade já finalizada. Por isso, temos aqui a mais alta expressão do dinamismo e dependência da cadeia existencial do ser, o qual, por ser contínuo, se isenta de qualquer determinismo.

Considerando essa particularidade do ser se fazendo continuamente, o autor critica a concepção de um ser fragmentado, que contraria a relação direta e inseparável da essência com a existência e constitui-se do que pode ser, o que se realiza e o que virá a ser.

É nessa perspectiva que o autor em pauta define como reomodal a linguagem filosófica do *ubuntu*. Esse termo deriva do grego *rheo* e significa fluir, o que mais uma vez serve para caracterizar o ser como algo dinâmico. Opondo-se à estrutura sujeito-verbo-objeto, a língua reomodal compreende o verbo como um ponto de partida e não de chegada. Essa ideia de incessante movimento privilegia o “fazendo” sobre o “fazer”, caracterizando-se o substantivo verbal, gerúndio.

Acentuando ainda mais o aspecto agregador e versátil do ser, Ramose (1999) lança mão da música como metáfora e nisso evidencia duas propriedades. A primeira, é que esse ramo da arte evoca sempre a necessidade de harmonia. A segunda, é que a música inspira sempre a ideia de movimento, conforme expressa um ditado *bantu*: ninguém ouve música sentado.

Da caminhada feita até então chegamos ao ponto em que Ramose (1999) sintetiza a metafísica baseada na Filosofia *unbutu*, ou, simplesmente, Filosofia Africana. Esta consiste em três dimensões inseparavelmente conectadas: passado, presente, futuro. O passado vincula-se à ancestralidade que, para uma melhor compreensão, utiliza o termo “mortos-vivos”, significando com isso a eterna presença ancestral na vida de seus entes atuais; os quais, por sua vez, trabalham cotidianamente a fim de garantir a manifestação real de seus entes futuros. Percebe-se aqui a união indissolúvel das gerações, a qual efetiva a superação total da barreira temporal.

A metafísica ramosiana aponta por fim uma missão geral do ser humano, que consiste na busca incessante da harmonia cósmica, tendo nisso o trabalho árduo para superar as contradições, conflitos e limitações. O ser inacabado é potencializado ao infinito como existência e, por isso, não pode se deter a amarras de visões sedimentadas, dogmáticas e reducionistas.

Todavia, Ramose (1999, 2002) não se encontra sozinho nesta jornada reflexiva. Com ele se ajustam bem, por exemplo, Archie Mafeje, detentor de um extenso trabalho de pesquisa e publicação no campo sociológico: *Agrarian Revolution and the Land Question in Buganda* (1973), *Religion, class and ideology in South Africa* (1975), *The Agrarian Question, Access to Land, and Peasant Responses in Sub-Saharan Africa* (1997).

Mafeje (1973, 1975, 1997) discute a relação do ser humano com a terra em uma dimensão de parceria e reciprocidade. Distanciando da corrente comum em que concebe a terra como um bem comercializável pertencente ao ser humano, defende que não é a terra que pertence aos humanos, mas sim, o contrário, os humanos pertencem à terra.

Essa inversão promovida por Mafeje (1973, 1975, 1997) dialoga perfeitamente com o posicionamento formatado na metafísica de Ramose (1999, 2002), a qual altera profundamente a compreensão ocidental das relações dos seres humanos com a natureza, entendimento de posse/propriedade, concepção triádica do ser (passado, presente, futuro).

Junta-se aqui também (CASTRO, 1981), com a obra *África: geohistória, geopolítica e relações internacionais*, basicamente no capítulo *A África no Brasil e o Brasil na África*, quando demonstra a relação do Brasil com países que sofreram a escravidão europeia: Nigéria, Benin, Angola, Cabo Verde. Esse referido capítulo, além de demonstrar dados e personagens influentes no tráfico negreiro, também revela os vínculos consolidados entre essas nações, inclusive com o retorno de ex-escravizados ou descendentes aos seus países africanos de origem.

Na mesma linha se encontram Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência (NERES, 2016); Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista (NASCIMENTO, 1980) e A verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, 2017).

Conduzindo a reflexão em uma abordagem ancestral, muito tem a contribuir Adesina (2002), com o texto *Sociology and Yorùbá Studies: epistemic intervention or doing sociology in the 'vernacular'?* e Oyeumi (2011, 2016), com duas obras: *Decolonizing the intellectual and the quotidian: yorubá Scholars (hip) and male dominance* e *What gender is motherhood?: changing yorubá ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity*.

Retornando à discussão para um campo mais restrito à Filosofia *Ubuntu*, lançamos mão da contribuição teórica de Vasconcelos (2017), com o artigo *Filosofia Ubuntu*. Embora esse autor não conceba este ramo da Filosofia como aquilo que sintetiza, concentra e compreende a Filosofia Africana (como Ramose), aborda-a como um ramo fundamental dessa área do conhecimento.

Por conseguinte, Vasconcelos (2017) ressalta o papel *ubuntu* no contraponto ao individualista, egocentrismo e acentuação do humanismo em detrimento do ecocentrismo. Nesta linha de pensamento, o *ubuntu* lança luzes à forma fragmentada da realidade prática e pensante responsáveis pela oposição entre

as tendências humanas e cósmicas que deveriam ser convergentes e não, divergentes.

Essa linha teórica é também desenvolvida por Negreiros (2019), com seu artigo *Ubuntu: considerações acerca de uma filosofia africana em contraposição a tradicional filosofia ocidental*. Sua obra, por sua vez, nos coloca em contato com o pensamento de Kakozi (2018, apud NEGREIROS, 2019). Este autor relaciona o termo *ubuntu* com a palavra *ukama*, originária da língua xona (falada em partes de Moçambique, Zimbabwe e Zâmbia), e vincula-se à ideia de ancestralidade, familiaridade.

Trata-se de um conceito procedente do verbo *kama*, traduzível ao português por ordenhar, tirar o leite de uma vaca ou de uma cabra. Daqui surge o substantivo *hama*, referindo-se a uma pessoa muito próxima a nós. Alguém que se alimentou do mesmo leite materno. A vinculação de *ukama* com *ubuntu* eleva a discussão ao campo da relação humana com os diversos seres cósmicos, os quais (assim como nossos ancestrais) compartilharam e compartilham o mesmo leite da natureza que juntos consumimos.

Aplicação prática da teoria de Ramose

O pensamento de Ramose (1999, 2002) muito tem a dizer à nossa contemporaneidade sócio-política, a qual, após intenso esforço rumo a um processo civilizatório-humanizador, do qual se obteve importantes avanços na conquista dos direitos humanos, da democracia, de inclusão social, de tolerância religiosa, do enfrentamento do racismo e de outros mais, agora, se vê ameaçada por uma intensa onda de manifestações anacrônicas, tais como oposições severas e militantes contra os direitos humanos, posturas discriminatórias contra a mulher, quilombolas, indígenas, homossexuais e assim por diante.

Embora não haja consenso entre os (as) pesquisadores (as) sobre se essa onda de intolerância é resultado do surgimento dos novos recursos tecnológicos no campo da comunicação, fato é que nos deparamos cotidianamente com um conjunto de hostilidades entre grupos sociais com visões opostas.

No campo jornalístico, destaca-se o *Dossiê da Intolerância* (COMUNICA QUE MUDA by – SB, 2016), pesquisa realizada nas redes sociais entre maio e junho, de 2016. Essa publicação apresenta a intolerância como algo crescente, manifestando-se particularmente nos campos da aparência, classe social, deficiência, homofobia, misoginia, política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia.

Já no campo científico, encontra-se o artigo *Intolerância política no Brasil atual* (REIS; CRUZ, 2019), quando, não desconsiderando o crescimento da intolerância nas formas de racismo, xenofobia, homofobia, intolerância social e intolerância religiosa, concentra atenção no campo da política. Tendo por base o processo eleitoral de 2014, a pesquisa, demonstra o crescimento do ódio e da intolerância nas discussões políticas.

Acentua também a pesquisa que, para compreender essa tendência beligerante, não basta se deter nas disputas entre burguesia e proletariado, esquerda e direita. Na verdade, precisa-se mais de Freud que de Marx, uma vez que o entendimento da questão passa por uma análise do narcisismo, quando o processo de construção do eu impacta a escolha entre pessoas que se deva amar e aquelas a odiar.

Por outro lado, conforme demonstra Gabriel (2020), no artigo “Intolerância política está na raiz da sociedade, dizem especialistas,” a intolerância no Brasil, tal qual se encontra na atualidade, não é um fenômeno recente, mas está na origem da sociedade brasileira, a partir da chegada dos portugueses. Trata-se, pois, de um aspecto social historicamente construído. Argumenta-se ainda que, por exemplo, entre os anos 30 e 40, sequer havia sinal de existência da internet, e o nazismo e fascismo se implantaram no mundo.

Embora Reis e Cruz (2019) afirmem que a intolerância no Brasil não se resume a um confronto entre burguesia e proletariado, direita e esquerda, não é de negar a real existência dessa bipolaridade, e, muitas vezes, explicada de forma muito rasa. Por conseguinte, as pessoas são encaixadas e rotuladas sem direito algum de desvincilhamento ou argumentação.

Na verdade, quando reduzimos a realidade a um binômio temático, estamos deixando de reter atenção em muitos outros, não menos importante. Explicando melhor, quando os termos *individual* e *coletivo* são utilizados em uma relação, eles não precisam estar obrigatoriamente em oposição; bem ao contrário, são susceptíveis de inúmeras simetrias. Pode-se inclusive, significar elementos demarcadores de uma série infinita de elementos agregados ou individualizados, dependendo do ângulo em que se observa. Isto fica bem evidenciado ao analisar um conjunto no formato de *indivíduo - grupo - espécie - categoria - classe - coletivo - universo*. Esta representação estende-se ao alcance do infinitamente grande, médio ou pequeno (CHARDIN, 2005).

Por conseguinte, tido que o pequeno pode ser cada vez menor, o médio ser o mais diverso possível e o grande cada vez maior, inegável é que cada ser em relação representa um conjunto infinito de conexões. Por isso, quando cada um desses termos atua no espaço que lhe é capaz, todos os demais estão em interação ativa ou passiva.

O momento de pandemia acentua bem algumas características desse paradigma fragmentário da sociedade e da política. Ao menos na concepção contemporânea (após a Segunda Guerra Mundial), com a formulação e adoção dos direitos humanos, passamos a adotar valores voltados ao enaltecimento da vida humana (vários aspectos da liberdade, colaboração internacional, democracia, e um pouco mais recente, o direito à segurança alimentar).

Esses elementos vinculados ao campo sócio-político, em seu conjunto, têm por finalidade a valorização da vida. Côncios da importância da primeira, há uma tendência social em ter na segunda o maior objetivo a ser perseguido. Isso equivale dizer que a política (incluída nela a economia) serve à vida e não o contrário; da mesma forma se consensua, em favor da vida, a diferença de peso entre as duas.

Ao longo desses quatro meses, temos presenciado no noticiário as estratégias das diversas nações no enfrentamento da pandemia. Na maioria dos casos, percebe-se a atenção concentrada na preservação da vida, adotando-se medidas de proteção individual, tais como, isolamento social, higienização das mãos (além de objetos, alimentos e vestuários), uso generalizado de máscaras.

Percebe-se também um grau maior de preocupação com os sujeitos mais fisicamente vulneráveis: idosos, diabéticos,

hipertensos e detentores de outras comorbidades. Associa-se a isso ainda os riscos vinculados à saúde mental, compreendendo que as pessoas carecem também de suporte psicológico e até psiquiátrico, dada a amplitude do impacto que o efeito vírus causa ao cotidiano da vida.

Portanto, em situação como essa, quando as pessoas, indistintamente de segmentos que pertencem, classes, visões políticas, são atingidas igualmente pelo inimigo comum, evidencia-se a amplitude complexa de algumas atitudes: uso de máscara, isolamento social, higienizações das mãos, longe de serem benefícios isolados, revelam a face multifacetada da realidade humana e cósmica.

Nesse contexto se insere, com precisão, a Filosofia de Ramose (1999, 2002), uma vez que ela tem por característica a percepção da realidade em suas múltiplas dimensões, coletividades diversas, individualidades complexas, interdependências, bem como conexões. E compreende-se com isso que, caso se queira tratar a realidade em termos de individual e coletivo, é necessário, ao menos, considerar que no conjunto dessas duas dimensões se encontram um quantitativo infinito de possibilidades, em grandezas infinitamente crescentes ou decrescentes.

Chegando a esta altura da reflexão, parece evidente que nossa sociedade, em seus diversos segmentos, carece muito da percepção teórica de Ramose (1999, 2002). Parece também segura a importância de sua aplicação nos campos da educação, cultura, política e das diversas relações.

Considerações finais

Percorrendo-se o fluxo desta discussão, percebe-se com facilidade quão plural e agregadora são as raízes da velha sabedoria africana, principalmente, no que diz respeito às bases da Filosofia *Ubuntu*. Esta, na certeza de que a realidade está em um constante perfazer-se - e, portanto, nada se encontra em um estágio terminal - desafia os seres humanos para uma busca contínua pela harmonia cósmica.

Uma vez que a responsabilidade envolve todas as pessoas, não sobra espaço para uma dicotomia radical entre individual e coletivo. Ao contrário, as duas realidades são concebidas em uma visão integradora, inseparável, interdependente; faces de uma existência única. Esquerda-direita, aliado-opositor, patrão-empregado e assim por diante. A confluência dessas dimensões e de outras que talvez não estejamos acostumados a perceber por causa de nossa visão fragmentária, ocorre de forma concomitante, sendo que a concepção de uma subentende a outra.

Esta concepção ampla da realidade muito tem a contribuir com as bases culturais, sociológicas, políticas, econômicas e, portanto, também educativas de nossa sociedade. Cotidianamente, somos estimulados a ver nos semelhantes seres classificáveis em amigos/inimigos, parceiros/concorrentes, convergentes/divergentes. Na visão filosófica africana, esses seres constroem-se continuamente em dimensões complexas e plurais, de forma que todos estão interferindo diretamente na harmonia ou desarmonia do cosmo. Tal intervenção é de tal magnitude que não se limita a barreiras temporais, isto é, seu presente vincula-se simultaneamente ao passado e ao futuro; o que resulta automaticamente em importante relativização cronológica. E, por isso, o presente é resultado do passado e definidor do futuro.

